

APP-Sindicato: Av. Iguaçu, 880 - Rebouças - Curitiba - Paraná - CEP 80.230-020 - Fone: (41) 3026-9822 / Fax: (41) 3222-5261 | Site: www.appindicato.org.br | Facebook: @appindicato • Presidente: Walkiria Olegário Mazeto
Secretário de Comunicação: Daniel Nascimento Matoso | Secretária Executiva de Comunicação: Cláudia Gruber | Jornistas: Fabiane Burmester (4305-PR), João Paulo Nunes Vieira (11792-PR), Luis Lomba (99.667/92 - RJ),
Luiz Damasceno (MTb 14325) e Uanilla Pivetta (8071-PR). Diagramador: Rodrigo Romani (7756-PR) | Edição de vídeos: Luan P. R. de Souza.

Nº 1293

13 de julho de 2022

PDE: Consulplan divulga lista preliminar de homologados(as); prazo de recursos termina hoje

A relação traz mais de 12,5 mil inscritos(as) que disputarão apenas duas mil vagas

Atenção professores da rede pública estadual: já está disponível para consulta a relação das inscrições homologadas dos(as) educadores(as) para o PDE 2022. O prazo para recursos termina nesta quarta-feira, dia 13 de julho.

A relação traz mais de 12,5 mil inscritos(as) e você pode consultar no site do sindicato, está em destaque. Os(as) candidatos(as) disputarão apenas 2 mil vagas, número de todo insuficiente para atender à demanda. A Seed transformou o PDE em uma enorme loteria.

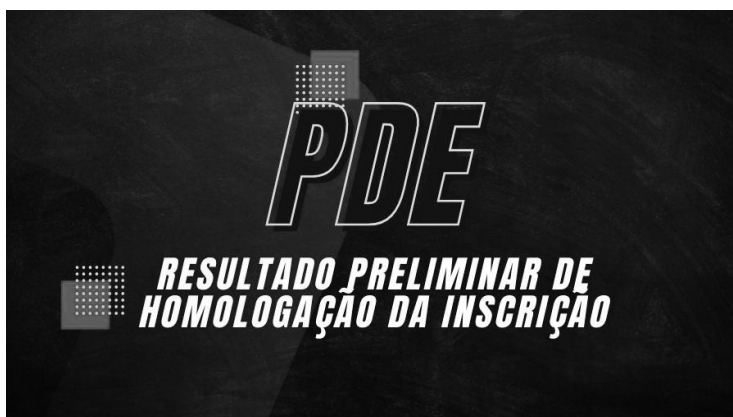
A APP formalizou pedido de impugnação da prova didática do edital, assim como no processo PSS, e também recorreu à Justiça. Ainda não há respostas sobre o recurso e a ação.

Após seis anos de interrupção no programa, cerca de 30 mil professores(as) estão aptos(as) a participar do PDE.

A APP vai recorrer ao Judiciário para derubar a exigência de prova didática nos editais do PSS e do PDE. A decisão foi anunciada pela presidenta do Sindicato, Walkiria Mazeto, nessa quarta-feira (29) em live de informes sobre a negociação com governo.

“Tentamos negociar e a Seed não abre mão da prova. Diante dessa posição de manutenção da prova didática tanto para o PDE quanto para o PSS, a APP vai ingressar na Justiça”, informou.

Walkiria avalia que a exigência de vídeo na prova didática desrespeita o princípio da igualdade de condições entre os que disputam as vagas. “É uma prova que, já na entrada, coloca as pessoas em diferentes condições para a disputa”, afirma.



Imagens: APP-Sindicato

Está disponível para consulta a relação das inscrições homologadas dos educadores(as) para o PDE 2022. O prazo para recursos encerra nesta quarta-feira, dia 13 de julho e a lista você confere no site da APP.

Anteriormente, a APP já havia formalizado pedido de impugnação do edital PSS à empresa Consulplan, apontando falhas constitucionais no processo, mas não obteve resposta. “Não há no edital previsão de prazo para responder os recursos protocolados. A Consulplan pode responder até depois da conclusão do processo. Então decidimos entrar na Justiça”, explica Walkiria.

A prova prática é típica de concurso público e não deve ser exigida em processo seletivo simplificado para contrato administrativo especial provisório e precário, o que viola o princípio constitucional da razoabilidade.

O Sindicato defende a imediata realização de concursos públicos para suprir a grave carência de quadros e acabar com a realização periódica de processos seletivos que oneram o Estado, impõem gastos desnecessários aos(as) PSS, precarizam as relações de trabalho e incluem etapas cada vez mais abusivas.

Acuada pela força das mobilizações, Seed ataca direito à greve e impede reposição do dia 21

Como em situações semelhantes no passado, a APP ingressará na Justiça e fará valer o direito à greve, resguardado pela Constituição

A força da mobilização das categorias na rua, consolidada em ato histórico no dia 21 de junho, abriu portas para o diálogo com interlocutores do governo na Casa Civil e na Assembleia Legislativa. Mas, apesar do esforço da APP-Sindicato para negociar a reposição, a Seed orientou falta injustificada a todos(as) que paralisaram neste dia..

Como em situações semelhantes no passado, a APP ingressará na Justiça e fará valer o direito à greve, resguardado pela Constituição.

Vale lembrar que a paralisação foi aprovada em Assembleia Estadual da categoria e comunicada ao governo respeitando o prazo legal necessário.

Como até as pedras do Centro Cívico sabem, a pauta que levou milhares às ruas foi o não pagamento da Data-Base, são quase 36% que o governo deve aos servidores e servidoras estaduais. A jurisprudência sobre o tema é pacífica: reivindicações salariais justas definem a legalidade de uma greve. Portanto, o Estado não pode considerar a falta como individual e injustificada.

Por fim, é preciso dizer que a postura da Seed revela medo e covardia. O governo teme um 30 de agosto ainda maior em meio ao processo eleitoral. Não querem desgaste. Querem que assistamos sem protestar ao desmonte da escola pública e das nossas carreiras. Mas o tiro sairá pela culatra.

Não vão nos calar. Que a indignação diante deste desmando nos fortaleça para os dias que virão. A luta continua!

CONVÊNIOS APP-SINDICATO

De plano de saúde a comércios e serviços variados, sindicalizados(as) da APP têm acesso a inúmeros convênios de abrangência estadual e regional. Acesse nosso site e confira!



A greve é um direito constitucional assegurado aos trabalhadores e os estudantes também têm direito à reposição